



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

# 12

## *Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE FEVEREIRO DE 1995**

*Excelentíssima Senhora Dorothea Werneck, Ministra de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; Senhor Jorge Gerdau, que é o Coordenador do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade; Senhores Membros do Conselho; Senhoras; Senhores;*

É uma satisfação estarmos aqui hoje, às vésperas do envio ao Congresso das nossas mensagens, iniciando um processo de reforma, porque a reforma não se faz com um golpe, não se faz com um ato isolado, é um processo, e, às vezes, longo, mas tem que ser persistente. Neste momento em que estamos iniciando esse processo de reforma, é uma satisfação estarmos aqui para discutir problemas de interesse nacional.

Eu me recordava, enquanto falava o Doutor Jorge Gerdau, de que, há 30 e poucos anos, fiz um trabalho sobre o empresariado, "O empresariado nacional e o desenvolvimento econômico". Naquela ocasião, para recompor as funções do empresário do mundo contemporâneo da época, eu me servi de alguns autores, notadamente um, chamado Werner Sombart, e outro, que me ajudou muito nessa formulação, que foi o Schumpeter.

A visão que se tinha do empresário que tinha construído o mundo do século XIX para o século XX, sobretudo o grande empresariado do século XIX, era o que os alemães chamam de *unternehmer*. Era o empresário criador, com vocação de fazer progresso e com uma enorme força pessoal dentro de sua empresa.

Bem, já a visão desses autores que mencionei, que são mais recentes, a visão, sobretudo, do Sombart, tinha começado a focalizar o empresariado de outra maneira. Nesse modesto trabalho que escrevi, eu procurava mostrar que o empresário, naquela altura, já era um homem que tinha que sair de dentro da fábrica, porque a modernidade do empresário não contaria mais pela sua ação direta no sistema produtivo, mas pela capacidade de fazer um enlace entre o sistema produtivo e o resto da sociedade.

Bem, isso hoje é realidade gritante. Quer dizer, o empresário criador já não é mais aquele que fica dentro da fábrica apenas, até porque, com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, saiu da fábrica também, foi para a universidade e agora está voltando para a fábrica. Mas isso passou a ser especializado, e são outras as pessoas que fazem isso. Não tem mais um Edson, que, ele próprio, descobre, inventa a tecnologia e depois transforma aquilo numa forma de produção. Ou um Ford, que inventa um sistema de organização do trabalho.

Quer dizer, hoje, evidentemente, o empresariado é aquele que se preocupa com o conjunto da sociedade. Não vai haver empresário moderno se ele pensar só no seu negócio. Ou ele pensa no País e, agora, no que está acontecendo no mundo – essa é a novidade dos últimos tempos –, ou, mesmo sendo muito competente dentro dos muros da fábrica, seria mais vantajoso que ele contratasse um executivo, um técnico, e cuidasse da grande política. Hoje, ou nós todos cuidamos da grande política, ou nós fracassamos.

Isso vale para o líder sindical. O líder sindical também tem que passar a entender o processo de globalização, como é que se colocam os interesses da sua categoria profissional, do seu país, dentro de um sistema que é mundial.

Então, nós estamos neste momento, que é de um novo renascimento – na verdade, é um novo renascimento –, em que temos que nos lançar à

aventura de mares desconhecidos, como foi feito no século XVI. Nós estamos nos lançando à aventura de mares desconhecidos, só que, agora, temos mais do que a bússola, temos realmente uma capacidade previsora muito maior, um sistema de informações muito grande, *on-line*, com que, se tivermos a capacidade de analisar todas as informações de que dispomos, se consegue, realmente, fazer grandes modificações e dar um rumo muito mais decidido, definido, não só às empresas, mas ao País.

Esse é o nosso desafio. E vejo com muita alegria que, como os velhos portugueses que se abalçaram pelo mar – é verdade que com a ajuda de navegantes italianos –, nós aqui também, com a ajuda de outros navegantes, nos lançamos ao grande mar da competição, e da competição internacional.

O que está por trás desse *boom* que vivemos hoje no Brasil? E é preciso que se diga que estamos vivendo um momento de expansão, um momento glorioso. Vejo, com tristeza, que as pessoas não registram que o Brasil é um grande país, que temos um futuro formidável e já temos um presente em que fizemos muita coisa; e ficam choramingando o dia inteiro. Vamos reclamar, mas vamos acreditar também, ter firmeza, como disse o Jorge, ter firmeza nas nossas convicções.

O que está por trás dessa possibilidade, desse *boom*, é o fato de que já somos competitivos. Eu digo sempre e repito: não sei nem os números precisos, mas só esses certificados ISO-9000 são centenas. São quantos hoje? Mais de 500? São quase 600. É só comparar isso com outros países do mesmo porte que o nosso. Isso foi feito porque houve entendimento, na sociedade, de que tínhamos de marchar para um outro tipo de atitude, que tínhamos de ter atenção à competitividade, à qualidade da produção, que tínhamos de reorganizar os métodos e que não tínhamos de ter medo, de temer a competição. Isso é o que está por trás da possibilidade da modernização.

A tarefa que nos cabe agora é levar esse mesmo espírito ao conjunto do Brasil. Ontem, fui dar uma aula na Bahia, lá numa cidade que acho que nem o Ângelo Calmon conhece: Santa Maria da Vitória. E para que fui fazer isso? Para mostrar que, se não remexermos lá embaixo, na educação de base, nos rincões do Brasil, se não fizermos com que,

também nesses setores, haja esse contágio positivo com o espírito novo, não se muda o Brasil.

Hoje, o nosso desafio é o conjunto. O risco Brasil não é uma questão empresarial: é uma questão nacional. Como é que nós vamos fazer com que este país tenha segurança? E segurança é conhecimento, é formação, é capacidade de deliberar, porque se sabe. Livre é quem tem informação e, por isso, pode optar. Quem não tem informação não é livre. A escravidão moderna é a ignorância. E nós temos que combater pela liberdade. Temos que dar instrumentos de informação a toda a nossa população.

Esse nosso desafio temos que enfrentar com muita consciência, sem temer a um ou a outro arreganho, ou a uma questãozinha que aparece como se fosse um grande problema, que não é, se tivermos condições de realmente persistir e de enfrentar os desafios que aí estão.

Pois bem, acredito que estamos já nesse caminho, nesse caminho dessa transformação global do Brasil. Isso, neste momento, requer transformações na Constituição, não para prejudicar quem quer que seja. Fico muito assustado quando ouço: “Eu quero defender minhas conquistas.” Meu Deus, eu quero defender as conquistas! Conquista é ter a possibilidade de continuar avançando e de que as gerações futuras também avancem. Conquista em que uma geração dilapida o que tem hoje, para que, no futuro, não se tenha nada, não é conquista, é retrocesso. Então, não existe nenhum temor quanto às conquistas, pois, ao contrário, a reforma é para melhorar, não é reforma para piorar.

Quando vejo, muitas vezes, pessoas temerosas, porque “Ah, o que vai acontecer com a minha aposentadoria?”, eu digo: “Nada.” Com a sua, com os que têm hoje os direitos assegurados, nada. São direitos adquiridos. Eu estou preocupado é com a aposentadoria daqueles que estão ingressando agora e que, daqui a 20 anos, não terão nada, se nós não mudarmos, porque o sistema vai à falência.

Então, vamos mudar o espírito. Não me venham com choramingas de que estamos tirando isso de alguém. Não quero tirar nada de ninguém, eu quero dar. Eu não, nós, o Brasil precisa dar às suas gerações futuras um caminho de segurança, um caminho de firmeza e de prosperidade. E isso nós vamos fazer. E isso nós vamos fazer.

Fico, muitas vezes, olhando análises: "Ah, o Presidente não vai conseguir isso, não vai conseguir aquilo." Vai, sim! E não é o Presidente, não. O Brasil vai se impor e vai fazer as reformas necessárias, porque são necessárias.

A política não é a arte do possível, é a arte do necessário. Quando é necessário, faz-se. É necessário mudar. Nós vamos mudar. Se alguns espíritos mais atrasados persistirem com a visão curta, pior para eles. O progresso não se compagina, não tem pena nem se compagina no metro daqueles cuja imaginação e cujos interesses são mesquinhos, por mais que venham revestidos de uma verborragia generosa. Não, nós vamos mudar.

Vamos mudar já, tendo aprendido que a mudança é um processo. Vamos mudar com o espírito que foi dito aqui, conversando, dialogando. Ninguém vai impor nada a ninguém. Nem o Governo vai impor à sociedade, nem algum segmento da sociedade, sejam empresários, sejam trabalhadores, vai impor nada a ninguém, porque não consegue. Numa sociedade democrática, mesmo que quisesse, não conseguia. Nem o Governo consegue impor, nem o empresariado, nem os trabalhadores, nem a massa da cidadania. Nós temos que conversar, temos que ver os caminhos, temos que aprender a respeitar o interesse do outro, mas pensando sempre no interesse coletivo. O metro é o interesse coletivo. E o que o Governo tem que fazer é zelar pelo interesse coletivo, não é nem do empresário, nem do trabalhador, nem do aposentado, nem de quem está na ativa; nem de ninguém, nem do contribuinte, nem de quem não contribui, mas de todos. Tarefa difícil, mas é essa a tarefa. Desde Rousseau se sabe disso. Não há novidade nenhuma nessa matéria.

Bem, nós vamos fazer as reformas. Nós vamos levar quatro anos, pelo menos, mudando. Não quero colocar tudo de uma vez, porque não tenho o direito de afogar a agenda do Congresso. Numa concepção democrática, o Congresso é parceiro fundamental das mudanças. Ele tem que ter a possibilidade de opinar e tem que ter, também, o espaço para as suas iniciativas e para as ações normais de governo. Não se faz tudo de uma vez, mas, tendo rumo, faz-se.

Nós vamos colocar algumas propostas agora. É o início de um processo de mudança. Ainda sábado, vou me reunir com alguns dos Ministros para definir quais e, depois, com os partidos políticos que me apóiam para definir quais, de que maneira e por onde se começa. Temos que dizer qual é a estratégia política, para que possamos fazer algo consistente, e não simplesmente um depoimento para a história, porque isso não adianta. Um homem de ação não tem que estar preocupado só em registrar a sua posição pessoal. Ele tem que estar interessado em efetivar as transformações. Então, tem que conduzir o processo de transformação. Nós vamos conduzir esse processo de transformação.

Certamente, as reformas mencionadas aqui serão todas elas encaimhadas, inclusive as políticas, no momento oportuno, porque eu também acredito que são muito importantes as reformas políticas. Mesmo quando Senador, já estava batalhando para arranjar um projeto, por exemplo, de voto distrital misto, que é meu e já foi aprovado no Senado. Assim como eu fiz com o projeto de concessões, que levou quatro anos e foi preciso esperar eu ser Presidente da República para aprová-lo, eu vou fazer aprovar esse, porque vamos convencer o País disso. Não porque eu queira. Se eu for convencido, claro, eu perco. Ou não perco, eu ganho, porque adoto o ponto de vista de quem me convenceu. Tem que ser assim.

Nós vamos levar adiante esse conjunto de medidas. Vamos apresentar, nas linhas aqui propostas, as medidas de reforma tributária. Difíceis. A negociação mais difícil é a negociação entre o Governo central, os estados e os municípios, não é entre o empresariado e o Governo. A discussão é interna. É a repartição geral do bolo. Precisamos ter muita clareza sobre isso, muita capacidade de convencer os nossos aliados políticos, os governadores em geral e os técnicos que sustentam as posições nossas e dos demais. Não é fácil essa tarefa, mas nós temos que fazê-la, e vamos fazer. Vamos enfrentar a questão da Previdência.

A reforma da Previdência não aumenta um átomo para o meu Governo, não amplia a latitude de ação, porque essa reforma é de médio prazo. As dificuldades do Governo atual, vamos ter que conviver com elas. Nos próximos quatro anos, a modificação que se faça não altera

praticamente nada o fluxo da Previdência, mas assegura o futuro. Um governante sério não pensa só em si, pensa no futuro. E não pensa em termos de interesses seus nem de seu partido. Pensa nos interesses globais e pensa também nas expectativas que se formam quando o mundo olha para o Brasil e vê que ele não tem problema irresoluto, como esse da Previdência, para o futuro. É muito bom que se diga que aqui, em todo o Cone Sul da América do Sul, nós estamos organizando dessa maneira; que vai ser uma das primeiras áreas do mundo em que questões tão delicadas quanto a da Previdência poderão estar equacionadas, porque a Europa não a equacionou até hoje e está lá atormentada com problemas dessa natureza.

Nós vamos, com a energia necessária e com o espírito realista, que também se impõe, avançar na matéria previdenciária. Vamos alterar alguns aspectos da chamada ordem econômica, que são os mais fáceis, por paradoxal que possa parecer. Há poucos anos, eles eram objeto de uma disputa ideológica feroz. Cada palavra que se colocava na Constituição – eu fui relator adjunto – tinha um significado extraordinário.

Hoje, a realidade se impõe. Com a globalização da economia, com a necessidade do afluxo de capitais, quem se abalançaria a defender alguns aspectos arcaicos da nossa Constituição? As pesquisas estão mostrando que a opinião pública, o povo já percebeu que os monopólios constituem entraves, e não formas de avanço. Constituíram, no passado, formas de avanço. Mas, meu Deus, quem conhece a história do capitalismo sabe que foi assim também no mundo. No mundo! Não é agora, não é aqui, não. No mercantilismo todo a visão era... Agora, aqui, muitos têm visão mercantilista ainda. Dá pena. Vai-se fazer o quê, não é? Vão ficar embalados nela. Mas a realidade vai se impor, e vamos ter que redefinir os espaços de competitividade.

Haverá sempre a ação de governo. Sem governo, as sociedades modernas, ou nenhuma sociedade complexa funciona. O Estado é fruto das sociedades complexas em geral, não só das capitalistas, mas em geral. E as sociedades complexas não funcionam sem o Estado. Para que possa haver um processo de competição, é preciso que haja um Estado não expansivo, mas forte. Forte no seu apego à lei e na disponibilidade

de instrumentos que permitam a esse Estado atuar. Não pode haver privatização sem uma autoridade pública capaz de se estruturar e de definir onde é que está o interesse público, para que a privatização não gere monopólios privados e para que haja a possibilidade de diminuir os desniveis entre as regiões e entre os grupos sociais. Essa é a tarefa do Estado, e continuará sendo.

Espero, na próxima semana, ao sancionar a lei de concessão de serviço público, deixar mais claro o meu pensamento, o pensamento do Governo sobre essa matéria e também os passos que vamos dar no sentido da privatização.

À nossa moda, sem fazer alarde, sem fazer barulho, nós já mudamos todas as regras da privatização. Poucos registraram, mas já mudamos as regras da privatização, chamamos para o Governo a responsabilidade direta de levar adiante o processo de privatização e recolocamos, na lista de privatizações, as empresas que deveriam ser privatizadas, que, para sorte nossa, são hoje mais valorizadas do que eram antes. E o patrimônio público terá, portanto, um ganho quando essa privatização vier a ser feita, nesses próximos meses. Não será problema de anos, será problema de meses – e é uma lista grande, polpuda. Espero que haja uma forte participação dos capitais privados, para que efetivamente tenhamos condições de uma transformação profunda nessa matéria.

Vamos privatizar, porque isso é condição necessária para que haja realmente a confiança no equilíbrio das contas do Estado e para que haja uma redefinição da própria estrutura do Estado, das funções, dos objetivos do Estado. E vamos privatizar salvaguardando sempre o patrimônio público, o interesse maior da população.

O que direi, na próxima semana, sobre a lei de concessões de serviços públicos, sobretudo na parte do setor elétrico, onde já vamos produzir também algumas outras modificações, sempre nessa direção, creio que permitirá ver com mais clareza qual é o entendimento do Governo e como o Governo, ao promover a privatização, resguarda também o interesse do Estado, ou melhor, do País, do povo, e redefine a sua função, que vai ser mais forte na sua parte reguladora e fiscalizado-

ra, sem as quais – regulação e fiscalização – a privatização passa a ser algo que pode ser perigoso para o conjunto do País.

Mas não há perigo nenhum. Não há perigo nenhum, porque temos todas as condições de levar o processo de privatização com muita energia, muita clareza, muita transparência, de tal maneira que a população perceba que esse é o interesse do conjunto do povo brasileiro.

Não quero me alongar, mas quero fazer ainda algumas considerações sobre o desafio de competitividade, sobre o chamado risco Brasil e dizer que a igualdade é parte integrante desse processo. Nós não podemos conviver com regiões que estão ainda hoje, no Brasil, em situação de muita penúria, quando já podemos alterar essa situação.

Ontem, depois da Bahia, fui a Minas, a Diamantina, que fica no Vale do Jequitinhonha. E o Governador me mostrou um mapa de Minas, pelo qual se verifica que não só no Vale do Jequitinhonha, mas em uma ampla região de Minas os índices de pobreza, de mortalidade – basta ver a mortalidade infantil, que é um bom indicador, que sintetiza o grau de pobreza – são bastante fortes, são impressionantes. Nós temos que concentrar, nós todos, empresários, governos, sindicatos, povo, a nossa atenção nessas áreas, porque elas fazem parte da modernização. Nós não podemos ter um país em que um pedaço tem 500 certificados de competitividade internacional e em outras áreas as pessoas ainda morrem de dor de barriga, as pessoas morrem de inanição. Isso é incompatível com uma visão efetiva do que é um país contemporâneo diante dos desafios do mundo. Não podemos aceitar isso.

Nós temos que dimensionar, de forma adequada, essas áreas. Também não se pode tratar o problema de maneira demagógica, porque, quando se aumenta muito a sua proporção, dá a impressão de que não se tem o que fazer. Passa a ser tão grande o problema que não se consegue enfrentá-lo. Mas não é tão grande assim. Temos que limitar, definir quais são as áreas, qual é a extensão e o que fazer em cada uma dessas áreas. Mas é fácil ver que é área de concentração de pobreza.

Quando se toma o lado da educação, que é uma questão que me toca muito de perto; quando se verifica, no lado educacional, quais são as condições, vê-se o seguinte: hoje, no Brasil, já temos escola, grosso

modo, suficiente para que toda a população em idade escolar tenha ensino básico. Não há falta de escola. Há má organização, há exagero de construção nuns setores e falta noutrós; há, parafraseando o Ministro Jatene – que disse que os hospitais são definidos pelas empreiteiras –, não só hospitais, mas também escolas enormes sem a necessidade do tamanho que têm, escolas caras, sem que se possa mantê-las depois, porque a manutenção é mais cara do que a construção.

Temos que ter espírito prático. Há escolas. É preciso, claro, aqui e ali, construir novas escolas, mas tem que se ver a expansão do número demandante de educação, embora a curva demográfica do Brasil esteja sofrendo uma evolução muito rápida. Vamos ter que cuidar, daqui a pouco, mais da minha categoria, dos velhos, porque atendemos já às crianças e não aos velhos. De qualquer maneira, quando se verifica o que acontece dentro dessas escolas, há um fenômeno terrível, formal: alistamos os alunos, matriculamos os alunos, e eles não passam de ano, e não passam de ano, e não passam de ano e são expulsos da escola –, que é a repetência. E a repetência está ligada à pobreza, ao mau salário do professor, à incompetência do professor, porque não foi motivado, porque não foi treinado, porque não houve um preparo adequado; à condição social da família do aluno, que não teve estímulo em casa, que, às vezes, não teve nem alimentação, embora o Governo distribua a merenda escolar, um dos maiores programas do mundo em termos de assistência direta à pobreza.

Então, quando se vai olhar em que áreas isso ocorre, são as mesmas de sempre. Não vi os dados sobre o Vale do Jequitinhonha, mas certamente ali vamos ter índices desse tipo, como vamos encontrá-los no interior do Nordeste, às vezes numa ou noutra região perdida da Amazônia e na periferia das grandes cidades. Ou seja, dá para delinear quais são as áreas críticas, e aí nós temos que atacar. As outras já têm condição de avançar quase que sem a ação direta do Governo. Mas, se o Governo quiser fazer tudo, não faz nada. Ele tem que ver onde, efetivamente, vai atuar de forma mais enérgica, para dar esse sentido de um novo Brasil, de um Brasil mais digno de ser vivido, porque o seu povo merece escola, trabalho, assistência médica.

Agora, não podemos assumir a responsabilidade de tudo. É inviável. Veja a questão da saúde. O Ministro Jatene me dizia outro dia: "Olha, é certo que há muitos problemas no sistema de saúde, mas nós atendemos 1 milhão de pessoas por dia." Um dado impressionante. Por mês que seja. Um dado impressionante. É uma massa de gente que é atendida por esse sistema. Bem, então, faz-se alguma coisa. Só que, como se quer fazer tudo, é inviável. Não haverá nunca recursos suficientes para que o Estado atenda a todo mundo, no grau de exigência crescente da sociedade contemporânea, porque todo mundo tem televisão, ou, se não tem, vê na esquina, e, ao ver que o outro está bem tratado, pensa: "Por que é que eu não vou estar?" Então, vivemos numa sociedade em que o povo demanda – e faz bem ao demandar –, e o Governo fica asfixiado pela quantidade imensa de demanda.

Temos que limitar. Qual é a responsabilidade de cada um? Em que área vamos atuar? Que parte o Governo pode fazer? Que parte o setor privado pode fazer? Que parte o setor cooperativo pode fazer? Que parte a própria sociedade organizada pode fazer?

Gosto de utilizar uma expressão que ouvi de um sociólogo espanhol, meu amigo, chamado Manuel Castells, que fez um seminário, antes de eu tomar posse, aqui em Brasília, e chamou essas ONGs de organizações "neogovernamentais". Não são "não": são "neo". Pode haver ironia nisso, mas é verdade. Há formas novas de relacionamento entre o Governo e a sociedade. E aí há uma zona cinzenta positiva, em que não se sabe se é Governo ou se é sociedade. São as "neogovernamentais". Às vezes, elas vêm com muita fúria contra o Governo, depois pedem um dinherinho e, depois, passam a assumir certas responsabilidades de governo.

Isso é positivo. Mesmo que eu o diga de forma bem-humorada, é positivo. São formas novas de a sociedade definir espaços, que não são nem do Governo e nem da sociedade civil. Pois isso é importante que exista, não é? E que se possam, então, utilizar essas formas novas na reconstrução deste Brasil.

Bom, perdoem-me ter feito uma digressão além daquilo que era específico no nosso encontro de hoje, mas acho necessário entendermos que as reformas, a modernização tem que ser para o bem do povo,

tem que ser para assegurar mais os direitos, e não menos; mas no sentido próprio: não um direito às custas do outro, mas um direito que é assegurado porque criamos condições para que cada um, ao exercê-lo, não prejudique o outro. Então, esse espírito é geral. Não é só na área econômica, como bem disse Jorge Gerdau, mas é um espírito que tem que perpassar todo o conjunto da sociedade.

Eu vou precisar de vocês, o Brasil vai precisar, na discussão. Como vou almoçar, terça-feira, com os sindicalistas, e vamos apresentar algumas idéias das reformas, do mesmo jeito também vamos precisar de todos. E, mais tarde, vamos precisar que todos nos encontremos nos foros apropriados para que, então, tenhamos realmente criado as condições de uma mudança estável. Haveria um risco enorme para o Brasil se não fizéssemos isso.

Termino dizendo o seguinte: nós temos um grande seguro internacional hoje. Esse seguro é a democracia. O Brasil hoje é um país em que a democracia é um valor difundido, compartilhado. É um país em que a transparência é enorme. Basta olhar em volta: só fotografias espocando o dia inteiro. Isso é bom, porque o governante está sendo vigiado pelo olho da sociedade o tempo todo. Não tem outro jeito. E não é só o governante, é todo o mundo. Todo o mundo está sendo vigiado, uns pelos outros, de forma não policial, não opressiva, mas transparente. Hoje somos uma sociedade democrática, não de instituições democráticas injustas, mas democráticas. Injustiça não pode conviver muito tempo com a democracia. Ou a democracia acaba com a injustiça ou a injustiça... Nem vou pronunciar o resto. Mas é verdade.

Então, uma sociedade que conseguirmos que venha a ser democrática, como a nossa, é um grande seguro contra os riscos. Aqui não pode ocorrer o que em outros países ocorre. A Ministra Dorothea tem que explicar os dados dela todo dia, como eu também, não é? Não podemos camuflar. Aqui não se pode fazer um grande erro. Os nossos economistas, que são brilhantes, por brilhantes que sejam, às vezes propõem coisas insensatas. Quando as propõem, não vão adiante. Eu vejo no jornal: "Os assessores propõem tal coisa." E digo: "Meu Deus, morreu, já!" Basta anunciar a proposta, que ela morre ao ser anunciada, porque a sociedade reage. E não são só os economistas. Os sociólogos, então,

nem me fale (*risos*), proporia logo a distribuição de tudo para todos, na hora (*risos*). Mas teria o mesmo efeito. A sociedade é aberta, e, por ser aberta, nós, espero, não temos nem condições de cometer grandes erros. Melhor não cometer nenhum, melhor evitar que haja *feedback* que pare uma ação equivocada.

Mas, se, por acaso, enveredarmos por um caminho errado, as forças da sociedade estão aí para segurar esse caminho errado. Isso é uma coisa que o investidor estrangeiro precisa saber: que a grande, vamos dizer, base que temos hoje é o fato de termos uma sociedade realmente democrática e que não podemos manipular, não podemos enganar o mundo. Nós nunca o quisemos. Nem sabemos fazer propaganda de nós próprios. Ao contrário, os brasileiros vivem, lá fora, dizendo que vai tudo mal aqui. Agora é que começam a verificar que não é assim. Convém também não exagerar. Tem coisas... Mas não precisa só alardear o que não está bom. Mas é melhor alardear o que não está bom do que ficar alardeando “bondades” que não existem.

Então, acho que essa vantagem comparativa do Brasil é muito importante. Não é econômica; mas o empresário moderno – termo pelo que comecei – não é o homem que funciona na esfera econômica: é o homem que transcendeu essa esfera para entender os valores que são do coletivo, portanto, que são políticos. E essa vantagem política o Brasil tem. Nós já demos esse passo. Essa sociedade, quase que às custas dela própria e com muito sacrifício, conseguiu ser uma sociedade democrática. Então, o mercado depois se alinha mais facilmente numa sociedade democrática do que numa sociedade camouflada, numa sociedade distorcida por vontades autoritárias e estatais, mesmo quando elas, às vezes, tomam as aparências de não serem assim.

Aqui, não. Aqui nós já podemos dizer, com toda a tranqüilidade, que somos uma sociedade democrática, que nós acreditamos nas reformas, que nós faremos as reformas e que essas reformas só têm um norte: o bem da maioria.

Portanto, não há nenhuma oposição entre a justiça social e as reformas que nós vamos fazer.

Muito obrigado.